

Andarilhagens de um emigrante na pátria

António Cirurgião

1. ACIDENTE DE VIAÇÃO

Foi por fins de agosto de 1985. Recordo o ano porque foi nesse Verão que eu comprei o meu primeiro carro em Portugal, um Renault do ano, novo em folha.

Era de noite e estava eu a conduzir em câmara superlenta, devido ao engarrafamento, pela Avenida das Forças Armadas de Lisboa, em direcção a poente, quando de repente dei um leve toque, quase imperceptível, na parte traseira de um automóvel que, sem dar qualquer sinal prévio, mudara de faixa. O condutor parou o carro, um Renault também, muito velho, e muito amolgado, um pouco por toda a parte, e eu parei o meu, naturalmente, activando logo as luzes de alarme.

Verificando ambos que, em virtude de irmos a conduzir a passo de lesma, e em virtude da leveza do toque e da solidez dos respectivos para-choques, não tinha havido absolutamente qualquer dano, em nenhum dos carros, dispúnhamo-nos a prosseguir viagem, tranquilamente e em santa paz, quando o sujeito se volta para mim e diz que, pelo sim e pelo não, gostava de ver o meu bilhete de identidade e a minha carta de condução. Com a maior das naturalidades, mostrei-lhe uma coisa e outra.

Visados os dois documentos, com os maiores vagares e com ar de

desconfiança saloia, o fulano profere estas palavras:

- Ora bolas. Quase me ia tramando. É que, ainda por cima, se trata de um emigrante. Sabe quem sou eu? – pergunta-me o gajo em tom arrogante.

- Só quando o senhor me disser – respondi eu, com a maior tranquilidade.

- Pois saiba que eu sou economista e me chamo Dr. tal e tal.

Perante tão descabido despropósito e tão fanfarrona prosápia, eu tiro da carteira o meu cartão de visitas e o meu cartão de professor universitário, de que constavam o meu nome, a minha fotografia e o nome da universidade americana em que ensinava, coloco-os diante dos olhos dele e digo, num tom sereno, mas muito escandido, com um sorriso ligeiramente irónico:

- Como pode ver, eu sou professor universitário, catedrático, e chamo-me António Amaro Cirurgião.

O pomposo economista lusitano baixou a crista, engoliu em seco, entrou para o seu Renault, velho e amolgado, pô-lo a trabalhar e seguiu viagem, sem proferir mais uma palavra. E eu segui viagem também em direcção à Parede, onde nesse Verão alugara um apartamento. E no decorrer dessa curta viagem, dei comigo a pensar, com imensa pena, no fado triste de milhares e milhares de emigrantes portugueses, sem Dr. a preceder o nome, condenados, em proporções astronómicas, a viver uma vida quase animalasca nos chamados países de acolhimento, em que avultava, por esse tempo, a França, em cujos guetos e “bidonvilles” da capital vegetava mais de meio milhão, fazendo de Paris a cidade do mundo com mais habitantes portugueses, depois de Lisboa. E, para cúmulo de miséria, esses “milhares e milhares de portugueses” eram frequentemente tratados abaixo de cão em Portugal, no país que lhes dera o berço e a má sorte, por uns borra-botas merdosos que se sentiam seres superiores, e como tal se comportavam, só pelo facto de terem um título universitário e de poderem dar-se ao luxo de ir ao volante de um miserável Renault, ruído do caruncho e a cair de velho e de podre.

Disse eu “título universitário” e proclamou-se ele “economista” e “doutor”, mas, enquanto me dirigia ao meu destino, não pude deixar de pensar se não se trataria de um daqueles portugueses habilidosos e tristemente felizardos que, a seguir ao 25 de Abril, foram equiparados e promovidos a licenciados em economia com um mero diploma do

Instituto Comercial, assim como foram equiparados e promovidos a engenheiros os que apenas tinham um mero diploma do Instituto Industrial, e foram promovidos a professores efectivos e vitalícios os indivíduos que, antes do 25 de Abril, estavam a exercer o ensino secundário, tendo apenas o diploma do sétimo ano do liceu, à antiga. Isto para já não falar daqueles que obtiveram a licenciatura por meio das execrandas e fraudulentas passagens administrativas.

Mais: foi durante esse percurso de carro desde a Avenida das Forças Armadas de Lisboa até à Parede que eu, ruminando nestas coisas, me convenci finalmente, embora com sincera relutância, habituado que estava à vida na América, a seguir o conselho que um antigo aluno meu do curso liceal na Escola Salesiana do Estoril insistentemente me dera: a de apor o Dr. ao António Amaro Cirurgião que constava dos cheques da minha conta bancária, entretanto aberta no Banco Português do Atlântico, em cuja sucursal de Cascais ele trabalhava. Que me deixasse de pruridos de modéstia de ex-seminarista, que essas coisas eram de extrema importância prática em Portugal. E se eram!

2. TRATAMENTO DO EMIGRANTE EM RESTAURANTES DE LISBOA

Era Verão e, como de costume, encontrava-me em Portugal, fiel ao meu habitat tradicional: a secção dos reservados das bibliotecas públicas, os arquivos, as livrarias, os alfarrabistas, e, para variar, de longe em longe, os museus e monumentos nacionais de Lisboa e de Sintra, os festivais de música e as praias da Costa do Sol e da Costa da Caparica.

Como, apesar dos decrépitos e rançosos pregões turísticos, também em Lisboa havia, uma vez por outra, vagas de calor, nos dias em que não tinha encontros formais, que eram quase todos, trajava com o maior à vontade, reflectindo, em certo modo, com a moderação que o meu estatuto profissional postulava, claro está, a maneira de vestir da época dos hippies, o que quer dizer que, além de andar de cabelo um pouco comprido, mais despenteado que penteado, e de suíças também um pouco compridas, usava com frequência camisas de manga curta e calças de ganga americanas, tão apreciadas e cobiçadas por toda a Europa nessa época.

Como por vezes me hospedava em residenciais, por serem mais económicas que os hotéis, com excepção do almoço, jantava e ceava em restaurantes populares ou em botequins, em que sobressaíam o João do Grão da Rua dos Correeiros, sobretudo pelos seus deliciosos pratos de bacalhau, e o Piquenique da Praça do Rossio. Quando chegava a hora do jantar ou da ceia, entrava num desses restaurantes populares ou botequins e sentava-me à mesa, fazendo questão, como era meu dever, de escolher a mais pequena que houvesse, por se tratar de uma só pessoa, evitando assim prejudicar a casa.

Ao princípio, já meio esquecido dos costumes de Lisboa, por haverem decorrido sete anos sem regressar a Portugal, mau observador e distraído que sou, por natureza, quase não me dava conta de que via entrar pessoas depois de mim e ser servidas primeiro que eu, como quase também não me dava conta de que, ao contrário do que acontecia noutras mesas, com outros comensais, não me mudavam a toalha nem me traziam o pão e a manteiga da praxe, embora, por princípio e por hábito, eu dispensasse uma coisa e outra, quer dizer, o pão e a manteiga. Até que chegou o dia em que me vi impelido a desabafar, por já não poder suportar por mais tempo a interminável litania de abusos de que era vítima inocente.

Acabou a refeição (esclareço, para que conste, que tal coisa nunca aconteceu no restaurante e no botequim referidos acima), e o servente apareceu-me à mesa com a conta. Antes de proceder ao pagamento, pedi-lhe que fosse chamar o gerente do restaurante, que precisava de falar com ele urgentemente.

Perante o insólito pedido, o servente arrebitou o nariz, assumiu um ar altivo e perguntou-me por quê. Porque sim – disse-lhe eu. E, relutantemente e malcriadamente, a resmungar, o servente foi chamar o gerente do restaurante.

O gerente apareceu e perguntou-me de que se tratava, ao que eu respondi mais ou menos nestes termos:

- Se eu, ao sentar-me a esta mesa, me apresentasse logo de início a falar Inglês, minha segunda língua, tenho a certeza que o seu empregado me tinha tratado como gente; se eu, à maneira de quem não quer a coisa, tivesse tirado da pasta este passaporte americano que o senhor pode ver, e as notas de travelers cheques de American Express, que eu costumo guardar dentro do passaporte para não se dobrarem, tenho a certeza que

o seu empregado, aqui presente, me tinha limpado a mesa da mesma maneira que limpou a mesa dos outros clientes e me tinha mudado a toalha, como era obrigação dele; tenho a certeza que me tinha posto na mesa o pão e a manteiga, que é costume pôr em todas as mesas, independentemente de os clientes os consumirem ou não; tenho a certeza que me tinha trazido o copo de água que lhe pedi por mais de uma vez; em conclusão, tenho a certeza que me tinha tratado como se deve tratar qualquer cliente, independentemente das aparências exteriores.

Proferidas estas palavras, paguei a conta e saí, não sem acrescentar:

- Depois de sete anos de vida nos Estados Unidos, onde sou professor universitário, como pode ver por este cartão, estou habituado a dar sempre gorjeta, mais generosa do que os portugueses dão normalmente, costume que respeito, como é meu dever, obedecendo fielmente ao ditado mil vezes saído dos lábios de minha avó materna: “cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso”. Mas como o tratamento recebido neste seu restaurante foi péssimo, desta vez não deixo nem um centavo de gorjeta para se lembrarem de praticar as regras fundamentais da boa educação, tratando sempre todos os clientes com civismo e urbanidade.

3. MANHAS E ARTIMANHAS DE CERTOS TAXISTAS DA CAPITAL

Em virtude das mil e uma vicissitudes a que estão sujeitos os horários dos aviões, normalmente, quando ia a Portugal, o que, a partir de 1969, passou a ser à média de duas vezes por ano, fazia questão de dissuadir familiares e amigos de me esperarem no Aeroporto da Portela. Isso quer dizer que ia de táxi para a residencial ou hotel, geralmente em Lisboa, previamente reservados; e, a partir de 1991, ia de táxi para o meu apartamento do Estoril.

Descrever em pormenor o que me aconteceu com alguns taxistas através dos anos, logo à minha chegada a Lisboa, levaria muito tempo. De maneira que referirei apenas três ou quatro casos paradigmáticos, a fim de dizer *multa paucis*.

Tendo sido mais que noviço nas manhas e artimanhas de alguns taxistas, ainda antes de vir para os Estados Unidos, sabia perfeitamente que muitos dos taxistas que faziam serviço no Aeroporto da Portela a

última coisa que queriam ouvir de um cliente era que o levasse para uma residencial ou um hotel de Lisboa.

Várias foram as vezes em que a primeira palavra que lhes brotava dos lábios era um colorido e pavoroso palavão. Ouvido esse feíssimo desabafo, apressava-me a dizer-lhes, num Português tanto ou mais castiço que o deles, dada a minha profissão de professor de Português toda a minha vida, não fossem eles tomarem-me por estrangeiro, que eu, ciente do curto trajecto, lhes pagava a dobrar e lhes dava uma boa gorjeta, e que, ainda por cima, esclarecia eu, devido à quantidade de voos internacionais a chegarem continuamente pela manhã fora, teriam tempo de sobra para voltar ao aeroporto e apanhar, quem sabe, um cliente que fosse para Freixo de Espada à Cinta ou para Trancoso ou para Viseu ou para cascos de rolha.

Chegava esse meu patois, estudado de antemão, para amansar alguns desses patos-bravos e malandros? É o chegas. Alguns motoristas de táxi levavam-me de cara feia ao meu destino, rogando pragas à vida e à má sorte...e quem sabe se, no seu foro íntimo, a mim também.

E, por duas ou três vezes, ainda antes de chegar à rotunda, logo à saída do aeroporto, fingiam que tinham o carro avariado, faziam-me sair, punham-me as malas no chão, davam meia volta e voltavam para o aeroporto, deixando-me umas vezes ao frio ou ao calor e outras vezes à chuva, sem dó nem piedade. Conto a pura verdade.

Quando passei a tomar táxis no Aeroporto da Portela para ir para o meu apartamento do Estoril, a coisa mudou de tom, mas não mudou de clave. Embora eu conhecesse o caminho de cor e salteado, por ter carro em Portugal, desde 1985, e, portanto, lhes dissesse expressamente, em Português vernáculo, bem repenicado, que queria ir para o meu apartamento do Estoril, junto ao campo da bola do Estoril Praia, umas vezes pela Estrada Marginal e outras pela autoestrada, de acordo com as saudades que tinha de Portugal (a Marginal era para as ocasiões de saudades agudas e de agri doce melancolia), houve uma vez um taxista, por sinal brasileiro, que, ao dizer-lhe que me levasse pelo caminho mais curto e mais rápido, para o meu apartamento, para que ele entendesse bem que eu sabia todos os caminhos, o cara, fazendo ouvidos de mercador, saiu do aeroporto em direcção contrária, e, quando me dei conta, estava junto da Ponte Vasco da Gama.

Ao perguntar-lhe por que é que me tinha feito essa sacanagem, o tipo teve o descaramento de me dizer que, uma vez que eu vivia nos Estados Unidos, me queria mostrar a ponte mais bonita de Portugal e uma das mais bonitas do mundo, inaugurada há pouco tempo. E quando lhe perguntei, para o desmascarar, se ele conhecia esta e aquela ponte do seu Brasil, tais como a Ponte Rio-Niterói, a ponte mais longa do Brasil, a Ponte Rodoferroviária do Rio Paraná, a Ponte Internacional da Amizade da Foz do Iguassú, e as pontes de Nova Iorque, a Golden Gate de Saint Louis e a Golden Gate Bridge de San Francisco, todas pontes que eu conhecia na realidade, o safado, em tom mofino e brincalhão, disse-me que não conhecia, mas que ainda havia de conhecer.

E por falar da ida de táxi para o meu apartamento do Estoril, nas minhas últimas viagens a Portugal, a primeira coisa que combinava com o motorista era que, dado o meu precário estado de saúde, lhe daria mais dez euros, além de uma boa gorjeta, se me levasse as malas até ao meu apartamento, no segundo andar. Ora quero que o benévolo leitor saiba que uma vez dei com um taxista tão velhaco, que, embolsado o pagamento combinado de antemão, a gorjeta e os dez euros, se pirou e me deixou as malas no chão, à mercê da caridade de um bom samaritano, que, infelizmente, por mal de meus pecados, levou tempo a aparecer, uma vez que era domingo e ainda era de madrugada.

4. À PROCURA DE UMA BATERIA PARA O MEU RELÓGIO GUCCI EM LISBOA

Para mim um relógio de pulso foi sempre, não um objecto de ostentação, mas um objecto de pura necessidade, para medir o tempo de um cristão, que nasceu mordido pelo vírus da pontualidade, explicando-se assim a minha proverbial ignorância das marcas de relógios, apesar de lidar constantemente com pessoas, como, por exemplo, o Dr. Adriano Seabra Veiga e o Dr. João de Oliveira, chefe de gabinete de Veiga Simão, que, tendo inclinação e os meios para isso e o gosto caro, se davam ao luxo de dissertarem, com admirável perícia, sobre as mais diversas marcas de relógios, e, o que era mais importante, de exibirem essas marcas no pulso, quando não no bolso do colete, apregoadas por vistosas e preciosas correntes de ouro.

Mas, como acontece com tantas coisas na vida, também para os ignorantes como eu na área dos relógios de pulso há um momento e uma hora.

Quando se aproximava o décimo quarto aniversário natalício do Anthony, ele fez-me saber, em termos inequívocos, que a prenda favorita desse seu aniversário era um novo relógio de pulso especial, dado que o que tinha precisava de passar à reforma.

Ao perguntar-lhe que tipo de relógio queria para o seu aniversário, disse-me, sem qualquer hesitação, que queria um gucci. Ao inquirir sobre a diferença entre o relógio que ele dizia precisar de passar à reforma e o tal gucci, de que eu nunca tinha ouvido falar, obtive dele esta resposta:

- Imagina um Rolls Royce e um Volkswagen e aí tens a diferença entre o relógio que tenho agora e o que gostaria de receber como presente de aniversário.

Como o Anthony não era extravagante no pedir e os aniversários natalícios só se celebram uma vez por ano, decidi satisfazer-lhe esse desejo, tanto mais tendo em conta que o colégio particular que frequentava, misto de internato e externato, só tinha praticamente meninas e meninos ricos.

Ora sucedeu que, meses depois de eu ter comprado essa prenda de anos ao meu Anthony, vejo chegada a vez de ter de comprar um relógio novo para mim, devido a um estúpido descuido meu, tendo consistido esse “estúpido descuido” em eu ter ido nadar para a piscina do meu condomínio, com o relógio no pulso.

Era um sábado e a relojoaria em que comprava e concertava os relógios – a famosa Savitt Jewelry de Hartford – já estava fechada e só abria na segunda-feira. De maneira que, quando levei lá o meu relógio pelas seis horas da tarde de segunda-feira, ouvi do próprio Mr. Savitt que, em virtude de o relógio ter passado dois dias e tal nesse deplorável estado, só me restava ter de submetê-lo a um dispendioso conserto que me sairia mais caro que a compra de um relógio novo igual a esse, cujo nome era precisamente Savitt.

Dizendo-lhe que ia pensar nisso, ocorreu-me de repente à mente o seguinte: se eu dera um gucci ao Anthony, porque é que não me dava a mim, para variar, um gucci igual ao que lhe dei a ele? E se assim o pensei, assim o fiz. Sabendo, por experiência, que a única cidade de Connecticut

em que havia a marca de relógio gucci à venda era Stamford, na célebre loja Fifth Avenue, aí vou eu a essa cidade, perto de Nova Iorque, comprar o meu vistoso e luxuoso gucci, o da tarja verde e vermelha, que tantos elogios me valeu pelos anos fora, modéstia à parte.

Como os entendidos deverão saber – e é aí que quero chegar, ou, melhor dito, a que a história quer chegar -, também a bateria do relógio de marca gucci é mortal. De maneira que me encontrava eu a passar férias de Verão em Portugal quando a bateria do meu relógio gucci – não sei se a primeira se a segunda – lhe deu para exalar o último suspiro.

Sabendo, por intuição, que eram raras as ourivesarias que comerciavam com a marca gucci, dirigi-me à Rua Áurea de Lisboa. Aí chegado, entrei na primeira ourivesaria que me apareceu e perguntei se tinham baterias para o meu relógio gucci. E ao fazer essa pergunta, levantei modestamente o pulso esquerdo e mostrei o relógio. Que não; que não tinham. E o mesmo me sucedeu na segunda ourivesaria em que entrei. Cheguei a uma terceira ourivesaria, e o ourives, ouvida a minha pergunta, à porta da entrada, ainda antes de olhar para o meu relógio, saiu-se com esta gracinha de alfacinha espertalhão e malandrote:

- Olha o gucci! Querias! Gucci de Chinatown. O verdadeiro gucci é para pessoas finas e endinheiradas e não para pessoas como você.

Ao ouvir estes dichotes malcriados, não me contive, com a raiva. Tirei o relógio do pulso; aproximei-lho dos olhos e fulminei-o com estas palavras:

- Se um engraxador de sapatos da Brasileira do Chiado, um vendedor de castanhas assadas da Avenida da Liberdade ou um vendedor de cautelas da Praça do Rossio me viesse com uma saída dessas, não lhe levava a mal. Mas que um empertigado ourives da Rua Áurea de Lisboa, de loja aberta ao público, que passa a vida a lidar com relógios, me venha com essas parvoíces, eivadas de arrogância saloia, é simplesmente nojento e imperdoável. Olhe aí bem para o relógio, seu presunçoso e seu grosseiro. É um gucci autêntico. E é meu, comprado com o meu dinheiro, numa loja emblemática dos Estados Unidos, chamada Fifth Avenue. Ouviu, seu mal-educado?

A ferver de santa fúria, dirigi-me à Pastelaria Suíça, tomei um chá de camomila para acalmar os nervos e voltei para o Estoril. No dia seguinte, vestido a rigor, dirigi-me a uma ourivesaria de Cascais, que também

negociava com a marca gucci, e fui atendido com todos os requintes de cortesia, podendo assim continuar a cronometrar o meu tempo pelos ponteiros fiéis do meu relógio gucci, autêntico, apesar de um malfadado e malcriado ourives da Rua Áurea de Lisboa não me achar digno de o trazer no pulso, provavelmente por haver notado o meu sotaque de emigrante, e, portanto, de português de casta inferior, aos olhos míopes e malandros dele.

5. UM BIZARRO AGENTE DA POLÍCIA DE TRÂNSITO

Pelas onze da manhã, num dia de sol e de Verão e ... de azar, dirigia-me de carro a Lisboa pela Estrada Marginal. Ao aproximar-me da rotunda de Carcavelos, apenas me apercebi da existência do segundo semáforo. Tão próximo está o primeiro do segundo, que eu só parei diante do segundo, por a luz estar vermelha. Mal tinha acabado de arrancar, a fim de continuar viagem, quando vejo um carro da polícia de trânsito aproximar-se do meu e fazer-me sinal para parar. Como era minha obrigação, obedeci prontamente, e, a pedido do senhor agente, passei-lhe para as mãos o registo do veículo, a apólice do seguro e a carta de condução.

Perante a minha carta de condução, o agente da polícia olha para ela e volta a olhar e não entende do que se trata, dizendo que nunca tinha visto um documento assim. Ao eu esclarecer que se tratava da minha carta de condução americana, perguntou-me se tinha mais documentos pessoais comigo. Que sim: que tinha. E mostrei-lhe o meu bilhete de identidade português e o meu passaporte americano.

Satisfeito com a quantidade e com a autenticidade da documentação, perguntou-me se eu sabia que regra de tráfico tinha infringido. Que não: que não sabia. E dizia-lhe a verdade. Então ele apontou para o primeiro semáforo da rotunda, visto de quem vinha do lado de Cascais. Que a luz desse semáforo estava vermelha e que eu não parara, como era meu dever. Que fizesse favor de me desculpar: que eu apenas tinha visto o segundo semáforo, e que, como a luz estava vermelha, parei, como ele pôde constatar. De maneira que agradecia que me desculpassem essa pequena infracção involuntária e que me deixassem continuar viagem para Lisboa, tanto mais que não tinha havido qualquer interferência com o

trânsito, e que eu nunca tinha sido multado durante os vários anos que conduzia em Portugal, durante as férias, o que era a pura verdade.

Bom: que havia uma maneira de resolver o problema, sem ter de me dar uma multa formal, propôs o senhor agente da polícia de trânsito. Que lhe desse a ele metade da quantia da multa que era obrigado a aplicar-me, de acordo com a lei, e que tudo ficava resolvido. Que não, disse-lhe eu muito delicada e respeitosamente, pois uma das coisas que sempre me prometi a mim mesmo foi nunca irritar polícias. Que, nesse caso, prossegui eu, fizesse a fineza de me dar a respectiva multa e que me permitisse que lha pagasse naquele preciso momento, mediante a passagem de um recibo, devidamente assinado, dado que dali a dois dias eu tinha de regressar aos Estados Unidos e não dispunha de tempo para ir à Esquadra da Polícia de Cascais e que nem sequer sabia onde ficava, para fazer o pagamento.

O agente bem insistiu que eu procedesse como me tinha proposto e que tudo ficava resolvido entre nós, com um acordo de cavalheiros. Mas eu, avesso por natureza e por feito, desde que me conheço, a arranjos dessa natureza, inapropriadamente designado “acordo de cavalheiros”, insisti que, uma vez que não me perdoava a pequena infracção involuntária, me passasse a multa apropriada. E ele, relutantemente, fez-me a vontade, não sem me dizer, ao passar-ma para as mãos, que ainda havia de me arrependar por não seguir o conselho dele.

No dia seguinte, dirigi-me à Esquadra da Polícia de Cascais, sita numa rua por trás da Câmara Municipal, se bem me recordo, e procedi ao pagamento da dita multa.

Para surpresa minha, quando, passados meses, voltei dos Estados para passar mais umas férias em Portugal, descubro, entre a montanha de correspondência que um vizinho amavelmente me guardava, uma notificação do Tribunal de Cascais para ir lá urgentemente pagar uma multa, acrescida de juros e de não sei que mais. Multa? Que multa? Eu só tinha sido multado uma vez, por transgressão de leis de trânsito, e essa multa tinha-a pago eu antes de regressar aos Estados Unidos. Na dúvida, procurei o recibo da multa paga na Esquadra da Polícia de Cascais, fiz duas fotocópias dele na minha copiadora, e dirigi-me ao Tribunal.

Apresentada a notificação a uma senhora da secretaria, ela apressou-se a perguntar-me se queria pagar com cheque ou com numerário. Meio a

sério, meio a brincar, respondi-lhe que não queria pagar nem de uma maneira nem de outra, sem que ela me provasse de que multa se tratava. Que eu apenas tinha incorrido numa multa durante todas as minhas estadias em Portugal, por sinal no Concelho de Cascais, e que essa a tinha pago. Que, portanto, fizesse favor de me apresentar provas em como eu tinha uma multa para pagar ao Concelho de Cascais.

Ouvidas estas minhas palavras, a senhora começou a procurar documentos em tudo quanto era ficheiro e gaveta e não encontrava nada. Que, por conseguinte, eu tinha de pagar o que estava estipulado no dito documento.

- Mas eu tenho aqui comigo um recibo com que posso comprovar que paguei a multa de que falei à senhora.

- Ah! Então o Sr. tem um recibo consigo?

- Tenho, sim, minha senhora. E, ao proferir estas palavras, passei-lhe o recibo para as mãos, fazendo questão de lhe mostrar cópia dele, não fosse ela fingir que o perdia.

E depois de abrir gaveta e fechar gaveta, a senhora veio finalmente a descobrir um documento em que se provava que a dita multa, que me queriam fazer pagar duas vezes, acrescida de juros e não sei que mais, tinha de facto sido paga na data que constava do meu recibo.

Para que tudo ficasse esclarecido e resolvido de uma vez para sempre, exigi que a senhora me passasse um documento em que se declarava, sem equívocos, mediante assinatura e respectivo carimbo, que eu nada devia à Câmara de Cascais.

Foi nesse momento que me vieram à mente as palavras que o “bizarro agente da polícia de trânsito” me tinha dito quando o intimei a aplicar-me uma multa formal pela minha leve infracção às regras de trânsito: que ainda me havia de arrepender.

Para que conste, confesso que nem me arrependi nem tive pena de não me arrepender, pois isso veio-me a dar aso para testemunhar publicamente por escrito que o corrupto às vezes é tão vil e tão miserável e tão mesquinho, que não tem pejo em vender a consciência ao diabo pela insignificância de uns magros euros.